

## A Semana em Brasília

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.

### LEGISLATIVO

#### Câmara dos Deputados

##### Plenário:

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

**Gestão de Imóveis da União.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 852/2018 que trata (i) da transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, (ii) da administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e (iii) da gestão dos imóveis da União. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

### NOVOS PROJETOS DE LEI

#### Câmara dos Deputados

<b>Dados Pessoais</b>	<b>Política Nacional</b> - O Projeto de Lei nº 68/2019 institui a Política Nacional de Dados Abertos e demais atos do poder público. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Aplicação de Multa</b> - O Projeto de Lei nº 344/2019 altera o Marco Civil da Internet para estabelecer multa em caso de tratamento de dados de usuários de aplicações de internet, em desacordo com o consentimento obtido. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.

### 11 a 15 de fevereiro

Para informações,  
entrar em contato com:

#### Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

[www.cesconbarrieu.com.br](http://www.cesconbarrieu.com.br)

<b>Mineração</b>	<b>Barragens - O Projeto de Lei nº 19/2019</b> altera a Lei da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais para garantir a execução orçamentária e financeira das atividades de fiscalização e monitoramento de barragens. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Proibição Barragens à Montante - O Projeto de Lei nº 20/2018</b> altera a Lei de Segurança de Barragens para proibir o uso do método de alteamento a montante na instalação de barragem destinada à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Rejeitos de Mineração - O Projeto de Lei nº 357/2019</b> altera a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento, e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração, aproveitamento dos rejeitos, desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Critérios Rígidos - O Projeto de Lei nº 515/2019</b> altera a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens para reforçar as medidas emergenciais previstas no Plano de Ação de Emergência, e impor critérios mais rígidos e eficientes para a manutenção de barragens no país. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Integridade na Administração Pública</b>	<b>Programa de Proteção e Incentivo - O Projeto de Lei nº 65/2019</b> institui o Programa Nacional de Proteção e Incentivo a Relatos de Suspeitas de Irregularidades no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para assegurar a participação da sociedade no relato de informações em defesa do interesse público. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Adoção de Programa - O Projeto de Lei nº 84/2019</b> altera a Lei Anticorrupção para estimular as empresas à adoção de programas de integridade. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Adoção de Programa - O Projeto de Lei nº 85/2019</b> altera a Lei Anticorrupção para acrescentar disposições que tornam obrigatória a exigência de programa de integridade para a contratação com a Administração Pública em geral. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Atos de Corrupção</b>	<b>Responsabilização de Partidos Políticos - O Projeto de Lei nº 83/2019</b> altera a Lei dos Partidos Políticos para prever a responsabilização dos partidos políticos por atos de corrupção e similares e para tornar crime o "Caixa 2". Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Atos Contra a Administração Pública - O Projeto de Lei nº 207/2019</b> altera a Lei de Anticorrupção para aumentar o percentual das multas aplicadas contra as pessoas jurídicas que pratiquem atos contra a Administração Pública. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Corrupção Privada - O Projeto de Lei nº 219/2019</b> define como crime a corrupção praticada no âmbito privado. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Lavagem de Dinheiro</b>	<b>Aumento de Pena - O Projeto de Lei nº 522/2019</b> insere nova hipótese de causa de aumento de pena a ser aplicada ao crime de lavagem de dinheiro se for cometido de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou se os bens, direitos ou valores forem provenientes, direta ou indiretamente, de crime praticado contra a Administração Pública. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Processo de Improbidade Administrativa</b>	<b>Celeridade - O Projeto de Lei nº 95/2019</b> altera a Lei de Improbidade Administrativa para criar a celeridade ao processamento de ações de improbidade administrativa. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Regras de Prescrição - O Projeto de Lei nº 96/2019</b> altera a Lei de Improbidade Administrativa para modificar as regras de prescrição da ação de improbidade administrativa. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Ambiental</b>	<b>Área de Preservação Permanente - O Projeto de Lei nº 108/2019</b> altera a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, reclassificando os apicuns e salgados como Área de Preservação Permanente (APP). Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Requisitos de Licença - O Projeto de Lei nº 153/2019</b> altera a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Licitação</b>	<b>Procedimentos - O Projeto de Lei nº 513/2019</b> altera a Lei de Licitações para a inversão de fases no procedimento licitatório. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
	<b>Princípios - O Projeto de Lei nº 514/2019</b> altera a Lei de Licitações para incluir a palavra "transparência" como princípio garantido ao processo licitatório. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.

<b>Energia Elétrica</b>	<p><b>Compra de Energia</b> - O Projeto de Lei nº 240/2019 trata sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.</p> <p><b>Pagamento</b> - O Projeto de Lei nº 539/2019 institui a modalidade de pré-pagamento do consumo de energia elétrica. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.</p>
<b>Telecomunicações</b>	<b>Rescisão de Serviço</b> - O Projeto de Lei nº 381/2019 altera a Lei Geral de Telecomunicações atribuindo aos usuários dos serviços de telefonia, banda larga e TV por assinatura o direito de rescindir, sem ônus, o contrato de adesão com a operadora em caso de má prestação do serviço. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Programas de Milhagem</b>	<b>Regulamentação</b> - O Projeto de Lei nº 436/2019 - regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Startups</b>	<b>Tratamento Tributário</b> - O Projeto de Lei nº 477/2019 dispõe sobre o tratamento tributário a ser conferido às novas empresas de tecnologia do agronegócio (Startup Agro). Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Atividade Financeira</b>	<b>Controle de Bens</b> - O Projeto de Lei nº 156/2019 altera a Lei de Lavagem de Dinheiro para submeter os bens em penhor aos mecanismos de controle de atividades financeiras. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Prescrição</b>	<b>Erário</b> - O Projeto de Lei nº 185/2019 torna imprescritíveis os crimes que resultem em prejuízo ao erário. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Ação Popular</b>	<b>Aferição de Dano</b> - O Projeto de Lei nº 528/2019 altera a Lei da Ação Popular para fixar parâmetros para a aferição do dano nos casos de fraudes em licitações e dos valores de indenização nas hipóteses de ajuizamento de ação popular preventiva e de propositura de ação popular para a reparação de danos decorrentes do fornecimento de produtos ou serviços deficientes. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.
<b>Senado Federal</b>	
<b>Crime Ambiental</b>	<b>Crítérios de Pena</b> - O Projeto de Lei do Senado nº 553/2019 altera a Lei de Crimes Ambientais para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental. Leia <a href="#">aqui</a> o avulso da matéria.

## EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

### Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

**Consulta Pública nº 72/2019** – A ANS realiza consulta pública para debater proposta de resolução normativa que trata sobre processo regulatório, relativo à análise de impacto, avaliação de resultado, aos meios de participação social e de tomada de decisão, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

As contribuições poderão ser enviadas até 19 de março de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

### Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (“INPI”)

**Consulta Pública nº 1/2019** – O INPI realiza consulta pública para debater a proposta de diretrizes de exame de pedidos de patente na área da Biotecnologia.

As contribuições poderão ser enviadas até 6 de abril de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre fevereiro e abril de 2019:

Consulta/Audiência Pública	Tema da Consulta/Discussão	Prazo para Contribuição
ANATEL <sup>1</sup>		
Consulta Pública nº 48/2018	Debater a proposta de regulamento de arrecadação de receitas tributárias.	16 de fevereiro de 2019
Audiência Pública nº 1/2019	Debater a proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória.	20 de fevereiro de 2019
Consulta Pública nº 52/2018	Debater a Reavaliação da regulamentação relacionada a serviços públicos de emergência e à segurança das redes de telecomunicações, em cumprimento dos itens nº 41 e 58 da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2017-2018.	23 de fevereiro de 2019
Consulta Pública nº 51/2018	Debater a Revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado no regime público (PGMU) e dos contratos de concessão do STFC, nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI), para o período de 2021 a 2025.	24 de fevereiro de 2019
Consulta Pública nº 53/2018	Debater a proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória.	27 de março de 2019
ANEEL <sup>2</sup>		
Audiência Pública nº 2/2019	Debater o aprimoramento das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, conforme a Resolução Normativa nº 822/2018.	25 de fevereiro de 2019
Audiência Pública nº 3/2019	Debater a regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração, prorrogadas ou não.	25 de fevereiro de 2019
Audiência Pública nº 5/2019	Debater o aprimoramento da proposta de alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica.	1º de março de 2019
ANP <sup>3</sup>		
Tomada Pública de Contribuições nº 6/2018	Coletar contribuições, dados e informações sobre promoção da concorrência e desverticalização na indústria de gás natural, assim como o aumento da oferta de gás natural ao mercado.	Consultar no <a href="#">link</a> o calendário de prazos para contribuição.
Consulta Pública nº 1/2019	Debater a revisão da Portaria ANP nº 170/2002, que regula a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis por meio aquaviário, compreendendo as navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e interior, conforme Ação 14.1 da Agenda Regulatória 2017-2018.	15 de fevereiro de 2019

<sup>1</sup> Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

<sup>2</sup> Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

<sup>3</sup> Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

Consulta Pública nº 2/2019	Debater a proposta de alteração da Resolução nº 52/2010, que estabelece as especificações dos combustíveis destinados ao uso aquaviário, reduzindo o limite máximo no teor de enxofre dos óleos combustíveis marítimos para as embarcações que não dispuserem de sistema de limpeza de gases de escape.	18 de fevereiro de 2019
Audiência Pública nº 1/2019	Debater a revisão da Portaria ANP nº 170/2002, que regulamenta a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis por meio aquaviário, compreendendo as navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e interior, conforme Ação 14.1 da Agenda Regulatória 2017-2018.	19 de fevereiro de 2019
Audiência Pública nº 2/2019	Debater a proposta de alteração da Resolução nº 52/2010, que estabelece as especificações dos combustíveis destinados ao uso aquaviário, reduzindo o limite máximo no teor de enxofre dos óleos combustíveis marítimos para as embarcações que não dispuserem de sistema de limpeza de gases de escape.	27 de fevereiro de 2019
ANS <sup>4</sup>		
Consulta Pública nº 72/2019	Debater proposta de resolução normativa que trata sobre processo regulatório, relativo à análise de impacto, avaliação de resultado, aos meios de participação social e de tomada de decisão, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.	19 de março de 2019
ANVISA <sup>5</sup>		
Consulta Pública nº 585/2018	Debater a proposta de resolução que trata sobre os requisitos de Boas Práticas para o Processamento de Produtos utilizados na assistência à saúde.	9 de março de 2019
Consulta Pública nº 599/2018	Debater a proposta de resolução que trata do Regulamento Técnico MERCOSUL, sobre a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos.	1º de abril de 2019
BACEN <sup>6</sup>		
Consulta Pública nº 70/2019	Debater a proposta de circular que trata da política, procedimentos e controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.	18 de março de 2019
INPI <sup>7</sup>		
Consulta Pública nº 1/2019	Debater a proposta de diretrizes de exame de pedidos de patente na área da Biotecnologia.	6 de abril de 2019

<sup>4</sup> Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS").

<sup>5</sup> Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

<sup>6</sup> Banco Central do Brasil ("BACEN").

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Propriedade Intelectual ("INPI").

MME <sup>6</sup>		
Consulta Pública nº 65/2018	Debater a elaboração do Plano Nacional de Energia – PNE.	17 de fevereiro de 2019

<sup>7</sup> Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.